



Em **S**ociedade

As "drogas", seus usos e abusos no ambiente escolar¹

Marcos Veríssimo²

¹ Trabalho originalmente apresentado no VI Congresso Internacional da ABRAMD, realizado na PUC da cidade de Belo Horizonte. Agradeço a interlocução, naquela ocasião, da interlocução com Maria de Lourdes Silva, Rogério Azize e Frederico Policarpo, no âmbito do GT “*Drogas, medicalização, educação: práticas, fronteiras e representações*”.

² Doutor em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador associado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense. Professor de Sociologia e Filosofia na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.



Resumo

O objetivo deste trabalho é propor uma reflexão sobre usos abusivos e não abusivos de um rol de produtos classificáveis em uma chave ampla como "drogas", lícitas ou ilícitas, não somente no interior da escola, como também consumos que ocorrem fora dela. Com isso, práticas envolvendo a totalidade dos atores que interagem no ambiente escolar ocorrem marcadas pelo consumo de substâncias que alteram as formas de percepção e o funcionamento dos organismos. Boa parte dos processos escolares e educativos ocorre com os atores envolvidos sob a influência de "drogas". Em alguns casos, estimulantes podem auxiliar profissionais cansados ou com sono em suas jornadas de trabalho. Em outros, contribuem para melhorar o desempenho de estudantes. Por outro lado, a relação abusiva com "drogas" (sejam estas classificadas como remédio ou não) pode levar vários desses atores a ter problemas no desempenho de suas ações, na execução do que deles se espera. A base empírica para esta reflexão passa pela experiência profissional do autor como docente em escolas da rede pública estadual na chamada "região metropolitana do Rio de Janeiro". A base metodológica é a etnografia. Ao descrever e interpretar eventos e situações vivenciados neste contexto espera-se contribuir para a produção de um conhecimento que articule o chamado "problema das drogas", as práticas de medicalização e os processos educativos.

Palavras-chave: Escola, Etnografia, Medicalização, Processos Educativos.

Abstract

The objective of this work is to propose a reflection about abusive uses and non-abusive products in a broad range of products, such as "drugs", licit or illicit, not only inside the school, but also consumption occurring outside the school. With this, practices involving all the actors that interact in the school are marked by the consumption of substances that alter the forms of perception and the functioning of organisms. Much of the school and educational processes occur with actors involved under the influence of "drugs". In some cases, stimulants can help tired or sleepy professionals in their work. In others, contribute to improving student performance. On the other hand, an abusive relationship with "drugs" (whether classified as a medicine or not) may lead several of these actors to have problems performing their actions in the execution of what is expected of them. The empirical basis for this reflection is the author's professional experience as a teacher in schools of the state public network in the so-called "metropolitan region of Rio de Janeiro". The methodological basis is ethnography. In describing and interpreting events and situations experienced in this context, we hope to contribute to the production of a knowledge that articulates the so-called "drug problem", the medicalization practices and the educational processes.

Keywords: School, Ethnography, Medicalization, Educational Processes.



INTRODUÇÃO

Naquele dia, em meados do ano de 2016, por ocasião de uma aula de filosofia para alunos do primeiro ano do ensino médio que acontecia em uma escola da rede pública estadual fluminense localizada na cidade de São Gonçalo (RJ), o assunto abordado era o julgamento e a morte do filósofo grego Sócrates (470 – 399 a.C.). Eu era o professor. Esta é uma unidade escolar de ensino médio, a turma era de primeiro ano, e a idade dos estudantes girava em torno dos 14, 15, 16, anos. A maioria dos estudantes parecia estar francamente interessada em ouvir sobre este momento marcante da história da filosofia ocidental quando um deles, Luan, pela terceira vez naquela tarde, interrompeu a aula pedindo permissão para ir ao banheiro.

Luan é um nome fictício, assim como todos os outros nomes próprios que aparecerão ao longo do presente trabalho. Quando ele saiu de sala pela terceira vez naquela tarde, alguns de seus colegas repararam, como eu, que naquele momento Luan estava ainda mais agitado do que costumava ser. Alguém fez um gracejo, dizendo que era um caso de incontinência urinária. Outros riram. Foi quando eu disse: *“Pois é... esse rapaz tem um problema... ele não consegue ficar parado e se concentrar nas aulas”*. Todos riram mais ainda.

Foi quando expliquei que estava falando sério, que mesmo sendo leigo em psicologia ou neurologia, especificamente o comportamento daquele estudante nas aulas me levava a supor que talvez fosse o caso destes diagnósticos dos quais muito se fala em



escolas nos últimos anos, como o Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH) e outros que resultam em comportamentos hiperativos, dificuldades de concentração etc. Procurei fazer esta explanação de maneira séria e naturalizada, para que não fosse mal interpretado. Foi quando outro aluno, Gustavo, disse o seguinte: “*Você está certo, professor! Eu tenho o mesmo problema! Se eu estou sentado aqui assistindo a aula é porque eu tomo remédio todo dia. Já falei isso pra ele [Luan]*”. O “remédio” ao qual se referia era destes conhecidos como “*tarja preta*”³, vendidos em drogarias autorizadas e obrigatoriamente sob apresentação da receita médica.

Uma vez iniciada aí uma conversa paralela ao plano de aula, alguns colegas de Luan e Gustavo também fizeram comentários e demonstraram conhecer algo sobre estes usos de substâncias classificadas tanto como remédio quanto como “drogas”. Mostraram-se também conhecedores de práticas de automedicação, e também de usos e mercados de substâncias de caráter psicoativo postas na ilicitude pelas leis brasileiras. Por outro lado, o tema do qual debatemos ali por alguns minutos, naquela e em quase todas as escolas, torna-se problemático e posto sob intenso controle quando se trata de abordar os usos e abusos de “drogas” postas na ilicitude, principalmente as mais consumidas no Rio de Janeiro: maconha, cocaína, crack. Como se os alunos já não conhecessem em grande medida tais assuntos e tais práticas, conforme já demonstraram ao professor, naquela e em outras ocasiões.

Sob a condição de “*problema social*” (LENOIR: 1998), essas substâncias ilícitas teriam que necessariamente ser evitadas pelos estudantes, como se esforça em demonstrar o programa desenvolvido por Polícias Militares em todo o país, que foi iniciado pioneiramente pela PM fluminense, chamado Programa Nacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), através do qual os agentes das polícias militares estaduais vão às escolas para dar palestras e realizar outras atividades no intuito de manter a comunidade escolar longe das drogas ilícitas. O pressuposto parece ser o de que o “jovem” não deve ter sequer curiosidade sobre o tema “drogas”, a não ser quando tratado sob a ótica da Polícia.

³ Em razão da tarja que é forçosamente exibida nas embalagens nas quais tais modalidades de medicamento são comercializadas nas drogarias.



Diferente de tais perspectivas, o presente trabalho parte do pressuposto de que já existe um saber que circula entre os estudantes nas escolas, com origem no senso comum e muitas vezes fomentado com mais preconceito do que informação qualificada, e sempre compartilhado em um meio em que prevalece a curiosidade daqueles que estão prestes a entrar de vez na chamada “vida adulta”. Desse modo, produzir conhecimento sobre usos e abusos de “drogas” nas escolas da rede pública, sobre práticas e representações, é uma forma de contribuir para que estes saberes difundidos, e cuja difusão é impossível evitar, sejam de melhor qualidade analítica e reflexividade. Isso para que assim possam melhor embasar escolhas pessoais e políticas – as primeiras feitas por curiosos em processos de amadurecimento pessoal e social, e as segundas feitas por legisladores e gestores públicos dentro de suas respectivas competências. Portanto, este artigo foi construído levando-se a sério as representações nativas sobre consumos de “drogas” nas escolas, o ponto de vista de professores, gestores, estudantes e outros atores, entendendo que essa discussão não se dá sobre um vazio de informações, conforme demonstra a interação descrita, que houve na aula de filosofia, com Gustavo, Luan e seus colegas.

CONSUMOS E DESEMPENHOS

Faço parte do corpo docente da rede pública de ensino fluminense desde o ano de 2005. Como não é incomum acontecer (sobretudo ao professor recém incorporado, em seus primeiros meses), pratiquei a docência em vários colégios, e com base nisso afirmo que é grandemente heterogêneo este universo. Cada unidade escolar opera interpretando os regulamentos formais da *rede* a partir de uma lógica própria, que muitas vezes os distorce a ponto de em alguma medida contrariá-los. Tal lógica é quase sempre calcada na figura pessoal de quem ocupa a direção (VERISSIMO: 2015). Mas há algo que é absolutamente igual, e igualmente onipresente em todas as escolas por onde passei: a presença de uma ou mais garrafas térmicas contendo café, sempre fornecido pela escola, com ou sem biscoitos, contando ou não com a contribuição dos professores para seu provimento.

E o uso que professores e demais profissionais das escolas fazem desta substância estimulante que é o café o torna, sem dúvida, um dos elementos materiais mais essenciais em unidades de ensino, além de elemento sociabilizador. Já ouvi pessoas dizerem que não



gostam do sabor do café, mas o consomem em busca dos efeitos de seu princípio ativo, a cafeína. Os professores, diretores, coordenadores pedagógicos, inspetores e funcionários dos serviços gerais – ou seja, os que estão ali trabalhando – monopolizam esta “droga”, por assim dizer, uma vez que é encontrada apenas nas salas de professores, secretarias e gabinetes (espaços onde a circulação de alunos não é comum). Contudo, mais de uma dúzia de vezes, em momentos que me encontrava aguardando o horário de uma aula na sala de professores, presenciei alunos ali entrarem pedindo um copo de café.

Assim como meus colegas, muitas vezes fiz uso desta “droga” na escola, que era certamente um alento nos dias em que o cansaço era mais intenso. É muito comum, entre aqueles que sentem sono durante suas jornadas de trabalho, que se recorra às garrafas térmicas. Muitas vezes o docente passa grande parte de seu tempo em coletivos para chegar ao trabalho e voltar para casa, e isso sempre gera algum esgotamento físico e mental extra. Neste sentido podemos dizer que o café é uma “droga” funcional nas escolas da rede pública fluminense. Contribuí decisivamente para o funcionamento das atividades educativas, fornecendo uma carga de energia para os profissionais envolvidos nestes processos. Alguns destes consumidores de café que o consomem em várias doses diárias acabam, inclusive, desenvolvendo algum nível de adicção ao produto, uma vez que quando não o consomem é comum serem acometidos por sintomas ruins, como dor de cabeça, por exemplo.

A despeito destes casos de consumo mais abusivo, o café é uma “droga” altamente valorizada no ambiente escolar, em grande parte porque é predominantemente associada ao desempenho de funções laborais, uma vez que sua natureza é estimulante. Opera aí também uma inscrição cultural do café, que é o caráter sociabilizador de seu consumo. Tomar um café com alguém, em vários lugares do mundo, pode ser o pretexto para um encontro, e este pode ter objetivos de várias naturezas: social, profissional, afetivas etc.. Nesta chave, uma prática que o café também enseja é fornecer a justificativa para um encontro de tipo ir à sala do diretor para “*tomar um cafezinho*” e, de maneira inadvertida ou não, tratar de outros assuntos, incluindo aí assuntos profissionais delicados.

Classificado ainda como alimento, o café é uma das “drogas” mais massivamente



consumidas no Brasil, e nas escolas não poderia ser diferente. Muitos docentes trabalham em várias escolas, das redes públicas e particulares, e não é incomum que saiam de suas casas de manhã bem cedo e só voltem à noite (às vezes tarde). Tal situação quase sempre é causada pela baixa remuneração que é regra no setor educacional, notadamente na educação básica. Muitos lecionam sob condições altamente precarizadas, o que é potencial gerador de um esgotamento físico e mental muito grande. Desse modo, o que temos neste caso é o consumo de uma “droga” que funciona como suplemento, contribuindo (devido aos seus efeitos e sua inscrição cultural) para que as pessoas desempenhem seus papéis no sistema da escola, podendo ser assim relacionada à ideia que o filósofo alemão Herbert Marcuse, em *“Eros e Civilização”*, chamou de *“princípio de desempenho”* (MARCUSE: 1999). Daí, talvez, venha sua notável positivação nos ambientes laborais das escolas.

Ao longo de toda a história documentada da civilização, a coação instintiva imposta pela escassez foi intensificada por coações impostas pela distribuição hierárquica da escassez e do trabalho; o interesse de dominação adicionou mais-repressão à organização dos instintos, sob o princípio de realidade. O princípio do prazer foi destronado não só porque militava contra o progresso da civilização, mas também porque militava contra a civilização cujo progresso perpetua a dominação e o trabalho esforçado e penoso. (MARCUSE: 1999, p. 54)

Marcuse publicou o livro no ano de 1955, e estava às voltas com sua proposta de interpretação filosófica da obra de Sigmund Freud (1856 – 1939), o conhecido *“pai da psicanálise”*. Parte de suas inquietações se dava porque, em sua visão da modernidade, o compromisso das pessoas com o desempenho de funções e papéis laborais e sociais faziam com que suas vidas cotidianas e existenciais fossem radicalmente marcadas por isto que ele define como *“trabalho esforçado e penoso”* – que não por acaso descreve bem o que é a jornada de trabalho de boa parte dos professores que atuam no Rio de Janeiro. Por isso, entre outras coisas, sempre há aqueles que se se apegam com força ao hábito de consumir café, uma “droga” associada ao desempenho, enquanto naturalizam o fato de haver uma *“partilha moral”* (VARGAS: 2008) que criminaliza ou *demoniza* outras “drogas”, a exemplo da maconha (ilegal) ou do tabaco (legalizado), que são procuradas por pessoas que os consomem em busca do prazer.

Ainda do lado permitido desta partilha, juntamente com a cafeína, estão os medicamentos de uso controlado que são comercializados em farmácia e formalmente



mediante a apresentação da prescrição médica. Este tipo do qual as pessoas precisam em tese ir a um profissional formado por uma faculdade de medicina que vai definir se a pessoa deve ou não ser um paciente tratado com tais produtos da indústria farmacêutica. Em variadas situações, seu consumo está ligado à mitigação, não só do esgotamento físico e mental, mas também de males crônicos ou passageiros, de ordem neurológica. É o “tarja preta” que a turma de Luan e Gustavo demonstraram conhecer algumas formas e propósitos de uso. Obviamente que, diferentemente do que ocorre com o café, sua distribuição não é fornecida pela escola, e seu uso não se restringe aos profissionais do ensino. Fica a cargo de cada paciente e sua família iniciar um tratamento médico a base de remédios de uso controlado com funções variadas: estimulantes, calmantes, antidepressivos etc.

Em “*Psicofarmaco e smart drug: metilfenidrato e performance*”, a antropóloga Eleonora Bachi Coelho analisa os usos não médicos do metilfenidrato (conhecidamente consumido sob o nome fantasia de Ritalina) por estudantes. O metilfenidrato também é conhecido como “*droga dos concurseiros*”, embora tenha sido colocado no mercado como um aliado no tratamento de TDAH, tornando mais focadas pessoas distraídas, diagnosticadas com transtornos neurológicos que resultam em dificuldade de concentração.

Ao delinear o sentido da palavra drogas, torna-se possível o questionamento a respeito da produção destas fronteiras entre o lícito e o ilícito e o papel da medicina como órgão legitimado a realizar tal partilha moral. (...) Temos assim, uma realidade paradoxal, por um lado, a criminalização e a repressão do uso de drogas ilegais e, por outro, um poderoso mercado – não só de álcool e tabaco –, mas que pode ser igualmente observado pela elevada quantidade de prescrições médicas, como também pelo aumento de autoprescrições, em busca de corpos e mentes com alto desempenho e que correspondam aos anseios e desejos de nossos dias. (COELHO: 2016, p. 107)

Foi o metilfenidrato que Gustavo afirmou que fazia uso, com o intuito de conseguir focar nas aulas que era obrigado por vínculos sociais a frequentar. E com este objetivo é receitado para muitos jovens estudantes das redes pública e particular, sobretudo aqueles de alguma forma comprometidos com metas de alto desempenho escolar, muitas vezes estabelecidas mais por seus familiares do que por eles próprios. Mas como o trabalho de Coelho mostra, destaca-se o uso do metilfenidrato para pessoas não diagnosticadas com tais transtornos, a exemplo de Gustavo, e sim por aqueles que buscam um *plus* de desempenho



diante de certames ou provas envolvendo alto grau de dificuldade e competitividade. Parte dos interlocutores da antropóloga obtém o medicamento sem a prescrição médica, para isso acionando redes de conhecimento que envolvem pessoas de confiança que trabalham nos pontos de venda, as drogarias.

Desse modo, compostos elaborados para mitigar sintomas de transtornos neurológicos circulam às vezes por fora dos controles formais e propiciam usos mais ampliados e em alguma medida socialmente legitimados – uma vez que tais usos não recebem da sociedade o mesmo *status* deletério observado no tratamento com consumos e consumidores das substâncias postas na ilegalidade, e cujo consumo se associa à busca do prazer. Nas escolas, onde estudantes e profissionais de ensino aderem a usos controlados ou auto-medicamentosos de tais remédios visando aumentarem ou manterem um determinado nível de desempenho, isso não é diferente. A despeito disso, se sabe que os medicamentos de “*tarja preta*” não são inócuos, e que seu uso abusivo e não controlado pode resultar em males físicos e sociais, além de sequelas ainda mais incapacitantes do que aqueles que supostamente poderiam tratar.

USOS, ABUSOS E DEPENDÊNCIAS

No ano de 2013, Viviane era aluna no segundo ano do ensino médio na mesma escola que Luan e Gustavo, e estudava no turno da noite. Em algumas ocasiões seus olhos estavam vermelhos, em outras, suas pálpebras quase se juntavam enquanto ela apertava o olhar, querendo demonstrar que estava prestando atenção ao que era dito na aula. E do seu modo eu penso que prestava, porque seu desempenho era bom em todas as disciplinas, de maneira que não teve nenhuma dificuldade para fazer jus, um ano depois, ao seu diploma de Ensino Médio. Certa vez Viviane me falou que todos os dias, ao chegar de ônibus para as aulas, antes de entrar nas dependências da escola, permanecia um tempo na praça que tem em frente a esta unidade escolar, onde está também o ponto de ônibus.

Esta praça é um lugar que na linguagem corrente entre consumidores de maconha costuma se chamar de um lugar “legalizado”, que quer dizer um lugar onde a maconha, apesar de proibida por lei – por uma série de motivos e tolerâncias informais – é consumida



com algum grau de tranquila previsibilidade. Sendo assim, esta estudante se acomodava em um banco e lançava mão de seu *baseado* – ou seja, seu cigarro de maconha confeccionado artesanalmente – que já trazia de casa. Com 17 anos na época, trabalhava de dia e ia para a escola à noite. Antes de iniciar sua jornada estudantil, diariamente dava-se ao direito de usufruir do prazer relaxante da maconha após sua jornada empregatícia (VERISSIMO: 2017).

Viviane faz o chamado “uso recreativo” (ou social) da maconha, produto da planta *Cannabis sativa* L. (nome científico) comercializado no Rio de Janeiro na forma do *prensado*⁴, e predominantemente através das *bocas de fumo*⁵. Esta espécie vegetal contém uma notável variedade genética, propiciando também consumos motivados pela busca de variadas terapias.

Com formação biomédica (fisiatria) e assessor da Junta Nacional de Drogas do Uruguai para o desenvolvimento da regulação da maconha, Pablo Ascolani disserta sobre a variedade encontrada na planta e, por extensão, de seus subprodutos.

A flor fêmea de cannabis em seu pico de floração (...) tem uma combinação de compostos especiais, chamados canabinoides, além de outras substâncias como os terpenos, que afetam vários sistemas corporais. Nem todas as variedades são igualmente eficazes para tratar de problemas específicos. Por exemplo, uma variedade que reduz as náuseas e aumenta o apetite pode não ser tão efetiva para controlar dores ou insônia. As variedades que têm uma relação maior, em seu conteúdo, de THC do que CBD-THCV são mais apropriadas para falta de apetite, enquanto as que têm baixa relação de THC CBD-TJCV são mais úteis como antiespasmódico, analgésico ou hipnótico. (ASCOLANI: 2014, p. 46)⁶

Viviane, que não tem nenhum interesse em tais distinções, nomes científicos, siglas e moléculas, comprava aquilo que conhece como maconha em *bocas de fumo*, podendo ser nas que se localizam nas proximidades de sua casa, ou as das adjacências da escola. Não pensava em usos terapêuticos. Para ela, este consumo representava a busca de um prazer, em grande medida ritualizado para funcionar como uma espécie de *intermezzo* entre o

⁴ *Prensado* é a maconha de origem paraguaia que, quando colhida, é e colocada numa prensa, não só com suas flores (onde se encontram os princípios ativos da maconha) mas também com talos, folhas, e muitas vezes também insetos e outras impurezas. Este produto de qualidade duvidosa abastece os mercados do centro-sul brasileiro (VERISSIMO: 2017). Para um melhor aprofundamento sobre a questão do latifúndio paraguaio, indico o impressionante relato jornalístico feito por Matias Maxx, intitulado “*Destrinchando a maconha paraguaia*”. Disponível em: <https://apublica.org/2017/08/destrinchando-a-maconha-paraguaia/>

⁵ Sobre a regulação da venda de maconha através das *bocas de fumo* no Rio de Janeiro, ver: VERISSIMO: 2015a.

⁶ Tradução feita pelo autor do presente trabalho.



trabalho e a escola, duas obrigações de seu cotidiano que parecia concluir com desenvoltura. Mais de uma vez pude perceber que a estudante estava sobre o efeito da maconha durante a aula, seja pela forma como se movimentava, ou pelo jeito de formular uma pergunta feita ao professor. Porém, como já disse, seu desempenho na escola em termos de notas era bom. Depois disso, nunca mais a vi, mas penso que é possível sustentar aqui que o consumo que fazia deste produto proibido por lei não era, pelo menos à época, problemático.

Ou, dentro da chave analítica trabalhada pela cientista política canadense Line Beauchesne, tais usos não haviam derivado para abusos, usos abusivos, que podem vir a acarretar na dependência da “droga” e problemas de saúde, de desempenho, sociais etc.. Viviane cumpria vários papéis sociais com sucesso, contrariando uma noção do senso comum, uma convicção – ressonante nas escolas – de que as pessoas que fazem uso da maconha para fins de expansão sensorial seriam invariavelmente irresponsáveis e preguiçosos. Como se o consumo de certas “drogas”, notadamente aquelas proibidas por leis, fosse invariavelmente derivar para um consumo abusivo. O problema, segundo Beauchesne, é que em uma ordem proibicionista, quanto mais restritiva ela for, tende-se mais a restringir também a produção dos saberes sobre as “drogas” e seus efeitos. Tais saberes são fundamentais para os indivíduos administrarem com maior propriedade seus níveis de consumo e, caso queiram, evitar os abusos.

As drogas podem corresponder a necessidades de descontração, bem-estar e servir de suporte de maneira adequada a certas atividades e a certos estilos de vida. Todavia, se o consumo de drogas pode fornecer benefícios tanto físicos quanto psicológicos, estes podem se transformar em malefícios para a saúde do consumidor e, mesmo, para sua organização de vida, se o consumo não puder mais ser controlado adequadamente segundo as necessidades e capacidades do consumidor, e os valores e limites de seu meio social. Os benefícios podem também se transformar em malefícios caso os indivíduos tenham associado um medo muito forte a este produto e a uma forte convicção de seu teor nocivo. (BEAUCHESNE: 2015: p. 28)

Certa vez eu estava no corredor da escola esperando para entrar em uma classe quando fui abordado por Luan, que causava problema nas aulas de vários professores em virtude de seu comportamento sempre inquieto e perturbador. Depois de introduzir amenidades na conversa, me perguntou se eu havia fumado maconha naquele dia. Respondi que não, e ele retrucou: *“Eu já... acabei de fumar! Tchau professor, vou lá assistir a aula”*,



e foi se afastando com um sorriso nos lábios e as pálpebras quase juntas. “*Vai perturbar a aula*” – pensei, pelo fato de conhecê-lo. Por isso sabia que em breve estaria pedindo ao professor para ir ao banheiro novamente. Neste momento, em que Luan me disse também ter começado a consumir maconha muito recentemente, este estudante cursava a primeira série do ensino médio pelo segundo ano consecutivo em decorrência de sua baixa performance no período letivo anterior, e por isso, não raro, era rotulado por professores, alunos e até por ele mesmo, como “*repetente*”, ou seja, aquele que não obteve a média mínima exigida para a progressão de série⁷.

Algumas semanas depois, em uma manhã, enquanto estava na rua e me aproximava a pé da escola, Luan vinha na calçada em sentido contrário ao que eu ia. Assim que me encontrou, me disse que estava se dirigindo à *boca de fumo* para comprar maconha. Algum tempo depois, na sala de aula, ao notar sua ausência naquele e em outros encontros, perguntei por ele, e fui informado pela turma de que Luan não estava mais frequentando a escola, passando a contribuir para um número que encarna o “*problema social*” (LENOIR: 1998) da “*evasão escolar*”.

Contudo, colocar sob descrição sua trajetória de saída da escola nos permite levantar outros aspectos para além dos problemas que aparentemente preocupam os gestores escolares. Neste sentido, contrastar os casos de Luan e de Viviane a partir de conversas informais que ambos tiveram comigo pode ser uma forma de pensar a distinção feita por Beauchesne entre usos abusivos e não abusivos, ou, mais especificamente de acordo com o texto de seu livro destacado acima, “*benefícios*” e “*malefícios*” em relação ao consumo que respectivamente fazem da maconha. Enquanto ela desempenhava papéis sociais com relativa desenvoltura entre um *baseado* e outro, ele, que já apresentava problemas para manter um comportamento adequado em sala de aula, como também em construir notas que fossem minimamente suficientes, isso antes mesmo de aderir ao consumo de maconha, passou a integrar a estatística dos “*evadidos*” logo após iniciar tal consumo.

⁷ Que na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro é a de 50% de aproveitamento no ano letivo, somando-se as porcentagens obtidas nos quatro bimestres.



Como até mesmo seus colegas mais próximos haviam diagnosticado, se fosse o caso de se tratar o problema de Luan com “drogas”⁸, aparentemente teria que ser algo da família do metilfenidrato, que poderia levá-lo a adquirir maior poder de concentração, e não a maconha, comumente procurada por pessoas como Viviane, em busca de estados alterados de consciência e relaxamento. Isso porque me parecia que a consciência deste estudante já era bastante relaxada. Embora não disponhamos de exames ou da palavra médica, com base em minha interlocução com Luan e Viviane em torno de representações que são do conhecimento de todos os atores da escola, podemos indagar: Em que medida o uso de maconha (vendida em bocas de fumo) por pessoas com dificuldade de concentração e de comportamento nas situações sociais escolares pode vir a ser, em si, um uso problemático, abusivo? Não seria mesmo o caso de se esperar o que ocorreu, que o consumo de maconha aumentasse os problemas escolares de Luan?

No plano do senso comum escolar, se produz certa assimetria que faz com que casos como o de Luan ganhem uma visibilidade que só encontra paralelo na invisibilidade que normalmente acontece nos casos como o de Viviane. Sobretudo porque, com base em minha experiência como professor da *rede* pública de ensino fluminense, após um olhar atento se pode dizer que casos como o de Viviane são geralmente mais numerosos do que casos como o de Luan. Uma vez que ela não fazia questão de disfarçar o consumo que fazia de maconha (como muitos fazem), mais de uma vez pude ver, na sala de professores, como o rótulo de *maconheira* lhe colava, por vezes como categoria de acusação. E em quase todas as vezes houve um “*mas*”, na forma de “*mas é boa aluna*”, “*mas é responsável*” etc., estando aí a conjunção adversativa para denunciar o peso das representações correntes em torno do consumo dos derivados desta planta conhecida como maconha e seus efeitos individuais e sociais. Os seja, como se fosse admirável o fato de ela ser ao mesmo tempo “*maconheira*” e “*boa aluna*”, casos que abundam amplamente em escolas de nível médio e universitário no Rio de Janeiro.

Por outro lado, outros consumos abusivos que ganham alguma visibilidade no contexto escolar são aqueles relacionados a bebidas alcoólicas e tabagismo, usos e práticas absolutamente legalizados e regulamentados. O proibicionismo em relação à maconha não

⁸ Embora saibamos que o uso que Luan fazia da maconha não era terapêutico, mas social, em busca do prazer sensorial.



impede que estudantes como Viviane e Luan (e muitos outros) tenham acesso a uma versão desta “droga” produzida, armazenada e transportada sob condições longe das ideais, vilipendiando-a, e ainda dificultando a realização de pesquisas sobre suas potencialidades e efeitos (FIGUEIREDO; POLICARPO; VERISSIMO: 2017). Refiro-me a produção de um saber sobre tal planta e seus consumos que possa ser mais pertinente para a discussão do tema na escola do que o senso comum com suas imprecisões, assimetrias e preconceitos.

Estudos no campo da antropologia apontam para o fato de que sustentar a imagem de homem adulto que bebe produtos alcoólicos socialmente é um dos mais influentes atributos de certa imagem de masculinidade que prevalece no âmbito social no qual a referida escola está localizada (GUEDES: 1997; NEVES, 2003; GARCIA: 2004). Sendo assim, admitir que se tem problemas com tais consumos envolve um relativo tabu, em especial para os homens, socialmente mais expostos aos consumos e às representações envolvendo bebidas alcoólicas. Contudo, embora os envolvidos por tais processos tentem de toda forma dissimular os sintomas de que se ultrapassou os limites entre uso e abuso, estes sempre aparecem, publicizando tais problemas e conflitos decorrentes de uma situação que é tida como de dependência. Encontrar dificuldades para manter-se sóbrio sendo-se professor é um traço altamente conflituoso no desempenho das funções profissionais dos docentes. Mais de um colega me declarou, em tom confidencial, que enfrenta problemas por não conseguir diminuir um ritmo abusivo de uso de bebidas alcoólicas. Mais de uma vez ouvi dizer que algum professor ou funcionário havia sido afastado ou aposentado por conta de “*problemas de alcoolismo*”, ou que era “*um dependente*”.

O hábito de fumar cigarros feitos à base de tabaco é um dos mais controversos consumos que ocorrem no âmbito das escolas. Hoje proibido dos muros pra dentro, costuma ser praticado. Antes era estimulado socialmente com o auxílio de belíssimas peças propagandísticas que povoaram a TV por décadas, enquanto hoje é açoitado por regulamentos cada vez mais restritivos. Mesmo legalmente desimpedidos, são cada vez mais *demonizados* pela anti-propaganda institucional praticada há vários anos pelas instituições oficiais de saúde pública em vários lugares do mundo. O uso excessivo do cigarro pode levar profissionais que vivem em grande parte do uso que fazem da própria



voz, a exemplo dos professores, a terem problemas com as cordas vocais. A atual regulação formal do tabagismo, que embora exiba uma face repressiva para aqueles que cresceram nas décadas em que fumar era “o sucesso”, ou uma forma de se ter “algo em comum”, também permite, por exemplo, maior difusão da informação sobre redução de danos para os que aderem ao tabagismo, habito posto na legalidade⁹.

Mas, para além de toda regulação restritiva hoje imposta ao consumo de cigarros dessa natureza, incluindo mudanças no imaginário sobre tais usos, o cigarro continua a ser, em grande medida, assim como o café, uma das “drogas” mais sociabilizadoras no âmbito dos espaços escolares. Inclusive por conta das restrições impostas ao seu consumo ostensivo no interior das unidades de ensino, que enseja o encontro dos “fumantes” nas franjas de tais espaços onde se fuma, se conversa, e onde afinidades são formadas e reafirmadas. Quase sempre há um “*grupo dos fumantes*”.

Usos abusivos de medicações de tarja preta, principalmente entre membros do corpo docente, é outra coisa que também não escapa a um olhar mais atento ao ambiente escolar. Certa vez, em outra escola que não é esta onde Luan e Viviane estudaram, uma professora do ensino fundamental que se encontrava estressadíssima com seus alunos, em meio a um desabafo na sala de professores, pegou em sua bolsa a cartela de remédios com a óbvia tarja preta, brandiu-a no ar e fez um discurso no qual alegou não estar mais aquecendo trabalhar com turmas onde os alunos não se esforçavam para se comportarem minimamente bem. Dizia não ver a hora de se aposentar, uma vez que tais condições de trabalho a levavam a ter que “*tomar remédio pra dormir e tomar remédio pra acordar*”, denotando assim talvez algum nível de uso dependente de tais produtos da indústria farmacêutica e em tese utilizados sob prescrição médica.

Vejamos então o caso de outras substâncias ainda não abordadas aqui. Se como eu havia dito anteriormente, o consumo de álcool, “droga” legalizada, envolve certo tabu entre profissionais que trabalham na escola, com a cocaína, posta na ilegalidade segundo as leis brasileiras e altamente estigmatizada no campo da moral, o tabu é ainda maior. Não

⁹ “O sucesso” era o *slogan* da marca Hollywood desde os anos 1970, pelo menos, enquanto a marca Free exibia nos anos 1980 comerciais de TV que mostravam pessoas felizes, livres, independentes e “descoladas”, terminando sempre e invariavelmente suas falas com os *slogans*: “Free: pelo menos alguma coisa a gente tem em comum”.



obstante, com base em minha experiência como professor da *rede*, posso afirmar que os sinais deste consumo aparecem. Em alguns casos, movimentos repetitivos e aparentemente involuntários são um sinal, outras vezes, a questão aparece em boatos que correm a boca pequena. Por esta “droga” gerar maior preconceito social (mais do que a maconha, por exemplo, que também é ilegal) o fato de certa pessoa não conseguir disfarçar socialmente seu uso já pressupõe, em alguma medida, algum descontrole, talvez evidenciando formas abusivas de interação com a substância. Infelizmente ainda é bastante incipiente o escopo de pesquisas sobre a cocaína, seus usos e mercados no Brasil¹⁰. Nos contextos escolares, seu consumo e circulação costumam ser cuidadosamente colocados sob o manto da invisibilidade.

A INTERFACE COM A QUESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A partilha moral (VARGAS: 2008) que impõe a discursos e práticas uma distinção entre diferentes produtos e rituais envolvidos com estados alterados de consciência, opondo “drogas” a outros produtos, que podem ser remédios, bebidas etc., orienta ordenamentos legais no mundo inteiro criando mecanismos que se auto-reproduzem, onde as leis apóiam e são apoiadas pela moralidade corrente, propiciando formas de controle social de diferentes grupos minoritários ou marginalizados, isso em várias partes do mundo, entre as quais o Rio de Janeiro e o Brasil (RODRIGUES: 2008; SOUZA: 2015).

A configuração de tal lógica em terras cariocas dá forma a mercados onde as “drogas” ilegais são transacionadas com o envolvimento de organizações criminosas e empregando um alto poderio bélico (VERISSIMO: 2015a), e que contrata para trabalhar na ponta, no contato com o consumidor que o procura e com a Polícia que o caça, mão de obra oriunda de favelas e outras áreas urbanas mais ou menos desprovidas de aparelhos sociais. Há o atalho discursivo que responsabiliza o consumidor de “drogas” ilícitas pela violência difusa que é associada a quadrilhas de marginais que, na falta de uma regulação legal, leva estes mercados a caírem nas mãos de grupos armados e, não raro, despóticos nos territórios

¹⁰ O trabalho de Victor Rangel, recentemente defendido na forma de tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, contribui para o preenchimento desta lacuna (RANGEL: 2018)



em que exercem efetivo domínio. Desse modo, seria o caso de procurar, na proibição ou no consumo, as causas da violência associada ao tráfico de drogas?

Por outro lado, a quase totalidade destes déspotas que protagonizam e antagonizam a violência ao mesmo tempo em que estão muito longe do cume da pirâmide de tais organizações criminosas, que entram bastante jovens para este mercado de trabalho, se tratam quase sempre de alunos que *evadiram* da escola pública. Dito de outro ponto de vista, indivíduos para os quais o suposto esforço socializador e produtor da cidadania acionado pelas instituições escolares aparentemente não funcionou a contento. E isso leva muitos nas escolas e fora delas a pensarem teleologicamente que o aluno “problemático” (categoria nativa), ou que tem dificuldades pra ficar na sala de aula, ou que evade, vai se tornar o *marginal*, o *traficante*, o “*inimigo da sociedade*”. Em outro trabalho (VERISSIMO: 2016), descrevo a presença de tal “*profecia*” no interior de uma escola pública muitas vezes mais bem sucedida em socializar os educandos em uma lógica hierárquica de sociedade na qual ele tem pouco valor (função informal e não declarada) do que torná-lo cidadão e competitivo para a “vida adulta” (função declarada formalmente).

Vendo as coisas por este ângulo, talvez possamos entender melhor a lógica implícita e explicitada nos programas educativos da Polícia Militar nas escolas, declaradamente “contra” as “drogas”. As ilícitas seriam então nesta chave interpretadas como um caminho sem volta para a marginalidade, a criminalidade, a violência, o cárcere e o túmulo. Para o jovem pobre, morador de favela e estudante de escola pública, muitas vezes é um fardo demasiadamente pesado ter que demonstrar o tempo todo, sob o olhar moralizador e informado pelo senso comum, que se é honesto, que se tem boas intenções. Gostar de fumar maconha para este jovem o coloca em um nível de suspeição social que outro jovem, nascido em uma condição social mais favorável muito dificilmente vivenciaria. Enquanto isso, o contato muito próximo com os que operam as redes criminosas na base da pirâmide é um dado empírico. Muitas vezes o laço pode ser de parentesco. Uma coisa que há muito tempo já notei foi que muitos alunos da *rede* pública usam se dizer amigos de “*bandidos*” localmente famosos (sendo isso verdade ou não) com intuito de adquirir assim mais *status* com sua turma na escola.



É neste sentido que vai se construindo a verdade segundo a qual a “criminalidade”, ou o “tráfico” (para usarmos algumas categorias nativas) realiza um cerco à escola – seja oferecendo “drogas” para os estudantes, seja levando o perigo para suas cercanias e interior por conta de tiroteios e outros atos de violência. Não é absolutamente incomum o relato de que “bandidos” frequentam refeitórios de escolas públicas para se alimentarem. Em reação a isso, as instituições escolares vão se fechando mais com grades, trancas e cadeados, passando então a predominar “*práticas sociais voltadas para a consolidação de uma juventude cada vez mais segregada*” (GUIMARÃES: 1998, p. 225). No livro “*Escola, Galeras e Narcotráfico*”, a pedagoga Maria Eloisa Guimarães coloca sob descrição o cotidiano de uma escola na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro na década de 1990, época em que este cerceamento das atividades escolares por atividades criminosas começava a se configurar com mais força nesta cidade, posteriormente também em sua chamada Região Metropolitana. Segundo afirma Guimarães, um dos efeitos disso é que:

Vivendo cotidianamente submetidos a dois códigos de conduta distintos, um definido e imposto pelo mundo do crime, o outro referenciado pela sociedade vigente – no qual se inclui a escola –, os jovens da área são levados a reordenar e a rehierarquizar seus próprios padrões de vida para incluir alguns dos modos de conduta dos primeiros, ao mesmo tempo que estabelecem formas de distanciamento em relação a eles. (GUIMARÃES: 1998, p. 146)

No âmbito de um projeto cujo objetivo é levar práticas de investigação acadêmica em ciências humanas para a escola pública, intitulado “*Práticas de pesquisa e iniciação acadêmica no ambiente escolar: estudando e aprendendo a partir dos conflitos da ‘escola pública’*”, a socialização dos alunos com técnicas e métodos de pesquisa, discussão de textos e orientação para trabalho já rendeu alguns resultados que nos ajudam a pensar este complexo sistema de aproximações, evitações e modulações entre a escola e seu entorno, representado como perigoso. Uma das estudantes desenvolveu, a partir de suas próprias inquietações, uma investigação para pensar o problema dos assaltos no ponto de ônibus, cada vez mais recorrentes na escola em que então estudava.¹¹

Após ouvir a direção sobre a possibilidade de se levar a presença policial para o entorno da escola, foi informada de que o Batalhão da Polícia Militar da área afirmou que

¹¹Investigação construída pela estudante Raquel Ramalho, que em 2017 cursava o Terceiro Ano do Ensino Médio da Rede Estadual, através do projeto “*Práticas de pesquisa e iniciação acadêmica no ambiente escolar: estudando e aprendendo a partir dos conflitos da ‘escola pública’*”, sob a orientação do professor Roberto Kant de Lima, da UFF, e contando com o apoio de uma bolsa PIBIC Ensino Médio 2016-2017.



não havia policiamento planejado para aquela parte da cidade porque não havia ali, segundo os critérios das autoridades policiais, muita incidência de registros policiais. Porém, como são poucas as pessoas que sofrem assaltos ali e vão fazer o Registro de Ocorrência na Delegacia Policial, a incidência dos delitos que incomodam os alunos estaria ali sub-notificada, por isso o local não recebe patrulhamento mais intenso, uma vez que o planejamento disso é feito com base em tais registros (VERISSIMO *et. alii.* 2017).

Aderindo a uma perspectiva das ciências sociais aplicadas, a estudante passou a pensar maneiras de contornar as dificuldades e contribuir para amenizar o problema dos assaltos no ponto de ônibus. Juntamente com outros colegas, elaborou o plano de um abaixo assinado. O dado para nós aqui interessante é que o grupo de alunos teve dificuldades no recolhimento de assinaturas. Motivo: grande parte dos alunos simplesmente não queria a Polícia Militar nas imediações da escola, e muitos deles porque acharam que isso atrapalharia o costume cultivado pelos mesmos de, ao final das aulas, fumar maconha na praça que fica defronte à escola.

Entre uma Polícia que afirma precisar esperar a chamada “*mancha criminal*” se formar a partir da recorrência de crimes em uma determinada área através dos registros feitos na delegacia, e uma sociedade na qual cresceram que parece não ver muito sentido em fazer estes registros, embora sofram os assaltos com alguma frequência, os estudantes da escola que fumam maconha preferem uma rua sem o patrulhamento dos policiais. A mesma Polícia que vai à escola com seus programas educativos de natureza claramente proibicionista para os dizerem que precisam a todo custo ficar longe das “drogas”. O problema é que muitos destes que já se aproximaram de substâncias ilegais a exemplo da maconha e mantiveram o contato visando uma interação prazerosa, sentem mais forte a necessidade de ficar longe da Polícia, uma vez que não é incomum, pelo peso das representações correntes na sociedade e das práticas policiais, que o rapaz pobre da escola pública consumidor de maconha acabe processado ou apenado como traficante (BOITEUX: 2009, GRILLO; POLICARPO; VERISSIMO: 2011). E isso pode lhes acarretar anos de pena restritiva de liberdade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se deixar, eles fumam maconha dentro do banheiro”, me disse certa vez Roberto, que trabalha como funcionário da limpeza da escola e costuma ficar atento aos movimentos dos banheiros, de uso coletivo dos alunos, para ajudar Anita, a inspetora, a fazer este monitoramento dos comportamentos. Perguntei a Roberto se ele efetivamente já havia surpreendido alunos fumando maconha no banheiro, e ele afirmou que sim. Que na medida do possível procura observar a porta do banheiro, mesmo que de longe, atento a pessoas que permaneçam ali por um tempo que considere demasiado. Se desconfiar que há algo de errado, chega perto para sentir o cheiro. Se for o caso entra.

Assim, práticas escolares e de controle social dos comportamentos são reproduzidas, e também reprodutoras, de formas naturalizadas de partilhar um amplo rol de interações com substâncias que exercem algum efeito no corpo e na mente. Isso é feito com base na lei e na moral, de modo que se reprime a maconha, se monopoliza o café, acreditando-se às vezes muito apressadamente na “verdade” segundo a qual o assunto “drogas” só pode ser tratado nas escolas sob a ótica dos homens fardados da PM. Como se já não fosse tratado em vários níveis, sob várias óticas.

Sabidamente essa “guerra às drogas” no Brasil é um reflexo da campanha nascida nos EUA e lá suportada por fortes interesses econômicos armamentistas e ideologicamente pela crença calvinista de que o mercado só funciona nas suas melhores condições quando os indivíduos que neles efetuam suas transações têm comportamentos previsíveis, sendo a droga, portanto, um fator nocivo ao mercado, porque lhe traz imprevisibilidade. Coisa bastante estranha ao nosso cotidiano, onde os imprevistos de toda ordem seguem nos desorientando sistematicamente, seja na política, na economia, na saúde pública, e na educação, haja vista os últimos acontecimentos que levaram o estado do Rio de Janeiro à insolvência fiscal. (KANT DE LIMA: 2017, p. 12)

Por isso e por outras questões que apareceram ao longo deste trabalho, podemos afirmar que o tabu em torno do tema das “drogas” na escola não consegue impedir a curiosidade dos jovens, que muitas vezes é satisfeita com informações pouco qualificadas. Pelo mesmo motivo – e como regulamentos proibicionistas também não impedem a circulação ilegal de diferentes substâncias – estes jovens em geral têm acesso a “drogas” de péssima qualidade, além dos riscos de circularem por lugares como *bocas de fumo*. Como vimos no final da seção anterior, se tal consumidor de produtos ilícitos for um jovem pobre,



morador de favela, como muitos que frequentam e eventualmente evadem da escola pública, poderá, por força de arbitrariedades policiais, vir a sofrer castigos adicionais por conta de uma infração considerada leve pelas leis brasileiras, e para a qual não há sequer previsão formal de pena de prisão.

REFERÊNCIAS

ASCOLANI, Pablo. Uso terapéutico y toxicología del Cannabis. *In*: ASCOLANI, Pablo (org.), **Marihuana en Argentina: historia, rendimiento, usos industriales y terapéuticos de la cannabis sativa**. Rosario: Edição do Autor.

BEAUCHESNE, Line. **Legalizar as drogas: para melhor prevenir os abusos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

BOITEUX, Luciana *et. alii*. **Tráfico de Drogas e Constituição (relatório de pesquisa)**. Brasília: Ministério da Justiça – série “*Pensando o Direito*”, 2009.

COELHO, Eleonora B. Psicofarmacologia e *smart drug*: metilfenidato e performance. *In*: LABATE, Beatriz C. *et. alii*. **Drogas, políticas públicas e consumidores**. São Paulo: Mercado de Letras, 2016.

FIGUEIREDO, Emilio; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos. **A “fumaça do bom direito”: demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro**. *In*: Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas. Revista Platô: Drogas & Cultura. Volume 1 – Número 1, 2017.

GARCIA, Angela Maria. **E o Verbo (re)fez o homem**. Niterói: Intertexto, 2004.

GRILLO, Carolina; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. **A Dura e o Desenrolô: efeitos práticos da Nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro**. *In*: Revista de Sociologia e Política – dossiê Crime, Segurança e Instituições Estatais: problemas e perspectivas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

GUEDES, Simoni L. **Jogo de Corpo: um estudo de construção social de trabalhadores**. Niterói: EDUFF, 1997.

GUIMARÃES, Maria Eloisa. **Escola, Galeras e Narcotráfico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

KANT DE LIMA, Roberto. Prefácio. *In*: VERISSIMO, Marcos. **Maconheiros, fumos e growers: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e Buenos Aires**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.



LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social *in*: CHAMPAGNE, Patrick et alii. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: LCT, 1999.

NEVES, Delma P. **O consumo de bebidas alcoólicas: prescrições sociais**. São Paulo: BIB, Número 55, 2003.

RANGEL, Victor. **Os cinco sentidos da “cocaína”: saberes, hierarquias e controles sobre o uso e a manipulação do pó entre consumidores e peritos criminais** (Tese de Doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2018.

RODRIGUES, Thiago. Drogas, tráfico, proibição. *In*: LABATE *et. alii*. **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA, Emanuel Luz de.. **Sonhos da Diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano**. Salvador: EDUFBA, 2015.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sociotécnicos: notas para uma genealogia das drogas. *In*: LABATE *et. alii*. **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VERISSIMO, Marcos. **Batendo de frente na escola: notas etnográficas sobre os processos de construção de subjetividades juvenis entre alunos do ensino médio na rede estadual do Rio de Janeiro**. Maceió: Comunicação apresentada na V REA / XIV ABANNE, Julho de 2015.

_____. **As “bocas de fumo” e a cidade: notas para uma atualização do conhecimento sobre a regulação do comércio de maconha no Rio de Janeiro**. Montevideo: XI Reunião de Antropologia do Mercosul, 2015a.

_____. **O “mau aluno” é o futuro “traficante”? Apontamentos antropológicos sobre uma “profecia” nas escolas fluminenses**. Revista Teias v. 17 • n. 45 • (abr./jun. - 2016).

_____. **A marginalização de “jovens” nas periferias do Rio de Janeiro: notas etnográficas sobre práticas e violências nas escolas públicas fluminenses**. Coimbra: IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, 2016 a.

_____. **Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

VERISSIMO, Marcos; FERREIRA, Jonathan; NUNES, Letícia; RAMALHO, Raquel; RIBEIRO, Lucas. **A Escola Pública e seus conflitos: práticas de pesquisa e a produção**



do conhecimento em segurança pública no âmbito do ensino médio. Niterói: XI Jornada dos Estudantes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2017.